



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**TELMA GIOVANA DE FREITAS**

**AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS: A ESPERANÇA DE SUPERAÇÃO DE  
ASSIMETRIAS PELA COOPERAÇÃO SUL-SUL**

**JOÃO PESSOA  
2017**

**TELMA GIOVANA DE FREITAS**

**AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS: A ESPERANÇA DE SUPERAÇÃO DE  
ASSIMETRIAS PELA COOPERAÇÃO SUL-SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
em Relações Internacionais da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à  
obtenção do título de bacharel em Relações  
Internacionais

Área de concentração: Política Externa  
Brasileira

Orientador: Prof. Dr. Henrique Altemani de  
Oliveira

**JOÃO PESSOA**  
**2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F866r Freitas, Telma Giovana de  
As relações sino-brasileiras [manuscrito] : a esperança de  
superação de assimetrias pela cooperação Sul-Sul / Telma Giovana  
de Freitas. - 2017.  
31 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações  
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.  
"Orientação: Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira,  
Departamento de Relações Internacionais".

1. Cooperação Sul-Sul. 2. Relações sino-brasileiras. 3.  
Desindustrialização do Brasil. I. Título.

21. ed. CDD 327.810 51

TELMA GIOVANA DE FREITAS

AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS: A ESPERANÇA DE SUPERAÇÃO DE ASSIMETRIAS  
PELA COOPERAÇÃO SUL-SUL

Monografia apresentada ao Curso de Relações  
Internacionais da Universidade Estadual da  
Paraíba.

Aprovado(a) em 05 / 07 / 2017.

Henrique Altemani de Oliveira/UEPB  
Orientador(a)

Gabriela Gonçalves Barbosa /UEPB  
Examinador(a)

Filipe Reis Melo/UEPB  
Examinador(a)

À minha mãe, pelo apoio, companheirismo  
e amizade, DEDICO

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe que me apoiou emocional e financeiramente durante toda minha jornada na UEPB, me proporcionando até mais luxos do que eu merecia. À minha vó Maria (*in memorian*) e meu pai que sempre acreditaram em meu potencial e sempre asseguraram que eu tivesse acesso a uma boa educação. Aos meus parentes postiços paraibanos que me acolheram em João Pessoa como se eu fosse uma filha, especialmente Dona Marinalva, Celita e Nale.

Ao professor Altemani por ter aceitado me orientar, em um momento que eu estava completa e literalmente desorientada! Pela sua inteligência, dedicação e pelo que me ensinou durante a orientação.

Ao professor Daniel, por ter sido um exemplo para mim por sua inteligência e por ter me ensinado a enxergar o mundo de outra forma. Às professoras Elia e Raquel, pela dedicação, eficiência e por terem enriquecido meu aprendizado.

Aos colegas de classe pela amizade, pelas cooperações em tempos de crise (provas), por terem me estimulado a sempre melhorar e pelas sessões terapêuticas. Especialmente a João e Amanda por todas as caronas e à Camila por me emprestar o notebook para eu poder terminar este Trabalho de Conclusão de Curso.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>06</b>
<b>2</b>	<b>O SUL COM MAIS FORÇA NO SISTEMA.....</b>	<b>08</b>
2.1	Breve histórico da Cooperação Sul-Sul .....	08
2.2	O Brasil e a Cooperação Sul-Sul.....	10
2.3	O comércio internacional no eixo Sul-Sul.....	12
<b>3</b>	<b>AS RELAÇÕES COMERCIAIS SINO-BRASILEIRAS .....</b>	<b>14</b>
<b>4</b>	<b>AS CAUSAS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL.....</b>	<b>21</b>
4.1	As irregularidades internas.....	21
4.2	A importância da Política Industrial.....	22
4.3	Outros fatores influentes.....	24
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>26</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>28</b>

## AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS: A ESPERANÇA DE SUPERAÇÃO DE ASSIMETRIAS PELA COOPERAÇÃO SUL-SUL

Telma Giovana de Freitas<sup>1</sup>

### RESUMO

O início do século XXI foi marcado pelo empoderamento econômico de atores do Sul Global, sobretudo de Estados-pivôs, denominados Países Emergentes. Estes países, ademais de impulsionar as trocas comerciais no eixo Sul, também foram responsáveis pelo ganho de notoriedade da Cooperação Sul-Sul no cenário internacional. As relações sino-brasileiras estão inseridas neste contexto e, desde o início dos anos 2000, as trocas comerciais entre os dois países aumentaram de forma substancial e a China é hoje o principal parceiro comercial do Brasil. No entanto, a constatação de que o lado brasileiro vende sobretudo *commodities* e compra basicamente manufaturados levanta questionamentos que chegam até mesmo a responsabilizar a China por nosso mal desempenho do setor industrial. O presente artigo buscará, através de uma pesquisa bibliográfica, analisar o peso das relações comerciais com a China para o Brasil dentro da ideia de Cooperação Sul-Sul, questionando se os produtos chineses realmente influenciam na desindustrialização do Brasil.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; Relações sino-brasileiras; Desindustrialização do Brasil

### 1 INTRODUÇÃO

Nos anos 1990 dificilmente alguém poderia imaginar que, em 20 anos, um longínquo país asiático se tornaria o maior parceiro comercial do Brasil. No entanto, os dados atuais revelam que a distância não foi suficiente para impedir que o selo “Made in China” tomasse conta do mercado brasileiro.

O valor das trocas comerciais sino-brasileiras entre 2001 e 2015 pulou de US\$ 3,2 bilhões para US\$ 66,3 bilhões. Este fortalecimento das relações comerciais começou justamente no período de entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001. A inserção chinesa no mercado internacional foi marcada por um grande crescimento industrial, o qual demandava cada vez mais *commodities* e mercados para seus produtos.

---

<sup>1</sup> Aluna de Graduação em Relações Internacionais na Universidade Estadual da Paraíba – Campus V.  
Email: tgiovanafreitas@yahoo.com.br

Com sua forte economia e grande demanda por produtos para sustentar o seu crescimento, a China tem sido apontada como a grande impulsionadora do comércio no Sul Global. Nem todas as estradas levam para o Norte na atualidade, o eixo Sul-Sul se mostra cada vez mais relevante. Não é coincidência o fato do início do século XXI ser marcado pelo ganho de notoriedade da Cooperação Sul-Sul (CSS), a qual foi fortalecida por Estados pivôs, denominados Países Emergentes, que comandam esta mudança de tendência no cenário global.

A CSS é apresentada em suas origens como uma modalidade distinta da Cooperação Norte-Sul, na medida em que acredita-se haver maior proximidade, em termos econômicos e sociais, entre os países envolvidos (CARVALHO, MILANI. 2012). Desta forma, ela foi vista como uma das formas de superação das assimetrias no sistema internacional, já que seria marcada por relações e trocas mais justas. As relações dentro da estratégia de CSS envolvem questões econômicas, políticas, científicas e tecnológicas, mas este trabalho enfocará apenas o âmbito comercial.

Apesar da CSS teoricamente ser marcada por relações mais igualitárias, ao analisar os dados que serão apresentados neste trabalho, nota-se que atualmente as trocas comerciais entre Brasil e China são marcadas por uma assimetria, na medida em que vendemos basicamente commodities e compramos produtos industrializados. Dessa forma, pode-se pensar na China como um ator causador da “primarização” da economia brasileira.

Afinal as relações comerciais com a China realmente se intensificaram graças à aposta na CSS? O aumento da tendência em importar bens de capitais e exportar somente bens primários surge com a intensificação das trocas comerciais com os chineses, ou já estava presente antes? Este trabalho tratará, portanto, das relações comerciais sino-brasileiras dentro da temática da Cooperação Sul-Sul, analisando os impactos para o Brasil com esta relação mais intensa com um outro país do eixo Sul.

A presente proposta de pesquisa começará por uma revisão da bibliografia existente sobre a Cooperação Sul-Sul, buscando seu conceito, origem e como os países do Sul a instrumentalizam na política. Posteriormente, será feita uma pesquisa bibliográfica sobre o histórico das trocas comerciais entre Brasil e China, discorrendo sobre como o comércio entre estes países passou de irrisório para o posto de maior parceiro comercial do Brasil, focando nas assimetrias destas trocas. Por fim será realizada uma leitura acerca da temática da desindustrialização do Brasil, e como esta se encaixa nas relações sino-brasileiras, dentro da perspectiva da Cooperação Sul-Sul. Portanto, este trabalho será realizado, basicamente, através da revisão bibliográfica da literatura existente sobre o tema.

## 2 O SUL GLOBAL COM MAIS FORÇA NO SISTEMA INTERNACIONAL

### 2.1 Breve histórico da Cooperação Sul-Sul

As relações internacionais contemporâneas são marcadas por uma tendência de ascensão econômica e política de atores estatais do “Sul global”. Esta denominação, cunhada no pós Guerra Fria (GF), faz referência a países em desenvolvimento do hemisfério Sul - ou até mesmo localizados no hemisfério Norte - que possuem índices de desenvolvimento médios e baixos. Estes países, diferentes em suas histórias, culturas e identidades, estão localizados na África, Ásia e América Latina (PINO, 2014: 57).

A GF, marcada pela rivalidade entre as duas superpotências, foi acompanhada por um intenso processo de descolonização na Ásia e África. Estas ex-colônias tinham consciência do seu atraso estrutural e, na América Latina, já descolonizada há muito tempo, reascende-se esta consciência, sobretudo devido à criação da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal, em 1948). Estes países, agora em desenvolvimento, não estavam satisfeitos com o descaso das grandes potências<sup>2</sup>. É neste contexto que os países do Sul global resolvem se articular para formar o que se chamaria a Cooperação Sul-Sul (PINO, 2014:59).

Um marco histórico da discussão sobre a CSS foi a Conferência de Bandung<sup>3</sup> em 1955, realizada na Indonésia. As relações Sul-Sul foram consideradas como instrumento para propiciar o diálogo político entre os países do Sul para juntos poderem ganhar peso nas organizações internacionais e reduzir as assimetrias do sistema econômico mundial. (PINO, 2014: 60). Resumidamente, as estratégias destes países do Sul, o Terceiro Mundo<sup>4</sup>, estiveram “contínua e prioritariamente correlacionadas à expectativa de geração de condições políticas mais favoráveis à revisão, adequação, mudança de regras no sistema internacional, de forma a assegurar um ambiente mais propício ao esforço de desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2012: 98).

---

<sup>2</sup> A insatisfação básica decorria das dificuldades de obtenção de receitas, via exportações, de acesso a investimentos e/ou empréstimos, ou mesmo de acesso a mercados, indispensáveis para qualquer processo de desenvolvimento.

<sup>3</sup> “O propósito da Conferência era “determinar (...) os padrões e procedimentos das relações internacionais deste momento” e contribuir para “a formulação e estabelecimento de algumas normas para a conduta das atuais relações internacionais e o os instrumentos para a aplicação prática destas normas”. (ABDULGANI, Roeslan, Secretário-Geral da Conferência *apud* ACHARYA, 2008:3).

<sup>4</sup> Apesar do reconhecimento de uma outra dimensão, política, de Terceiro Mundo, estruturada no Movimento dos Não Alinhados (MNA) e correlacionada com a dimensão Leste-Oeste, nesta reflexão está se raciocinando com a dimensão econômica, concentrada no G77 e correlacionada com a dimensão Norte-Sul. Note-se que o Brasil nunca foi membro do MNA, só observador (VIGEVANI, 1989).

Além disso, a CSS significava também que os países em desenvolvimento deveriam compartilhar os seus conhecimentos técnicos, científicos e tecnológicos, assim como as suas experiências que pudessem contribuir para o desenvolvimento socioeconômico dos outros países com problemas semelhantes (PINO, 2014:81).

Pino (2014:63) ressalta a importância da ONU para o fortalecimento da CSS. Na Assembleia Geral, onde os países do Sul são maioria, conseguiu-se introduzir o tema do desenvolvimento na agenda internacional<sup>5</sup>. A institucionalização da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, em 1964) foi também importante na formulação de políticas comerciais para os países e para o intercâmbio de experiências. Os anos 1970 foram marcados por diversos encontros e reivindicações destes países.

Krasner (1985: 79), por exemplo, reconhece que o Terceiro Mundo teve sucesso ao dominar as agendas de todas as principais Organizações Multifuncionais Universais, obrigando “o Norte a responder ao invés de propor”.

Na década de 1980, a CSS perde muita influência na conjuntura internacional, sobretudo devido à crise do endividamento<sup>6</sup> externo que assolou muitos países em desenvolvimento, os quais ficaram sujeitos a programas de ajuste estrutural impostos por países credores do Norte. Somente nos anos 2000 a CSS renova as suas forças (CARVALHO, MILANI, 2012:14).

A nova guinada da CSS foi conduzida por países pivôs, considerados a alavanca no crescimento dos países do Sul. Os avanços institucionais, o acúmulo de conhecimentos e de capacidades tecnológicas permitiram a implantação de iniciativas de cooperação mais regulares e em maiores escalas. As chamadas potências emergentes ganham destaque, na medida em que deslocam o eixo do crescimento da economia mundial, causando impactos também na governança política global, gerando a quebra do monopólio de poder das potências ocidentais. (PINO, 2014:58).

Oliveira (2012:13) lembra que as coalizões do Sul global podem ser entendidas como

---

<sup>5</sup> Não se pode omitir que, de qualquer forma, em função da aceleração do processo de descolonização ou da situação da América Latina, a questão do desenvolvimento entrava na agenda internacional. *Pari passu* às movimentações dos países não desenvolvidos, John Kennedy lançava o objetivo (desafio) de que a década de 1960 fosse a década do desenvolvimento (OLIVEIRA, 2005).

<sup>6</sup> A crise da dívida da década de 1980 é sempre apresentada como a razão principal da perda do papel que o Terceiro Mundo desempenhava. É quase como que “a palavra final que encerra qualquer discussão”. E, acresce-se que a crise da dívida teve origem nas deficiências econômico-políticas e estruturais destes países. Novamente, ponto final. Omite-se, porém, que o principal fator gerador da crise foi a tomada de posição política (1981) dos países desenvolvidos, agrupados no G7, a) de descontinuar o Diálogo Norte-Sul – voltado à discussão para alterações nas regras do comércio internacional, e b) decidir que a única forma de desenvolvimento era a adesão ao liberalismo. Esta última decisão traduziu-se na Tese da Reciprocidade Específica, isto é, os não desenvolvidos só têm acesso ao mercado dos desenvolvidos se abrirem seus mercados, respeitarem a propriedade intelectual. (Ver MAIRA, 1986; MUÑOZ, 1986; OLIVEIRA, 2015)

um contraponto aos países do Norte, porém não buscam uma confrontação, mas sim a utilização das instituições já existentes para reivindicar algumas reformas, sem pretender uma modificação na estrutura do poder mundial. O discurso do embaixador Chinês, Cui Tiankai, demonstra bem a ideia da cooperação Sul-Sul, de lutar por mais igualdade, sem pretensões de confrontar o sistema:

A China é também um membro do G20, e estamos tendo um papel muito importante nele. Pela primeira vez na história, estes países estão sentando juntos ao redor da mesa como iguais e discutindo as principais questões financeiras e econômicas internacionais. É esse tipo de mudança que queremos ter (TIANKAI, 2014:142).

Golub (2013:1002) afirma que os atores principais do Sul global estão conseguindo fazer o que muitas gerações anticolonialistas e pós-colonialistas lutaram insistentemente: está-se presenciando uma mobilidade e maior igualdade na distribuição de poder político e econômico global. Esta reestruturação não pretende desafiar o sistema capitalista em si, mas sim reestruturá-lo por dentro.

## **2.2 O Brasil e a Cooperação Sul-Sul**

A Política Externa Independente (PEI), datada da década de 1960, foi uma novidade para a Política Externa Brasileira, na medida em que era representada por uma diplomacia que passava a refletir, acima de tudo, o interesse nacional brasileiro em vez de ser uma diplomacia meramente alinhada a interesses alheios (OLIVEIRA, 2005: 91). A PEI adotava uma retórica da cooperação para o desenvolvimento, dando ênfase às relações com o Sul e demonstrando o interesse de participação nos processos decisórios internacionais (OLIVEIRA, 2005).

Dentro desta perspectiva, a Política Externa Brasileira passou a ser vista como uma ferramenta para atender prioritariamente aos interesses do comércio exterior. Deveria servir para ampliar o mercado para os produtos de exportação do Brasil. O Brasil procurava então atuar ativamente nos órgãos multilaterais, tais como UNCTAD, GATT e ONU para conseguir alcançar os seus objetivos, conforme exemplificam Cervo e Bueno:

“Em 1964, as delegações brasileiras junto à UNCTAD e ao GATT defenderam a doutrina da ‘segurança econômica coletiva’, que atribuía à comunidade internacional a responsabilidade pelo desenvolvimento dos povos atrasados, a ser impulsionado pela reforma do comércio internacional[...] foi intensa a atuação brasileira nesses órgãos, tendo em vista influir sobre um conjunto de decisões favoráveis ao Terceiro Mundo e de interesse do Brasil, que cuidavam de preferências comerciais, legislação do GATT, promoção comercial, exportação de manufaturados.” (CERVO e BUENO, 2010:378)

Alinhava-se assim a Política Externa às aspirações dos não desenvolvidos, buscando-se deslocar o debate sobre o confronto Leste-Oeste, para o diálogo Norte-Sul. (FONSECA, 1996). O Brasil, juntamente aos outros países em desenvolvimento, buscava uma nova Ordem Mundial e a reforma das regras que presidiam as finanças internacionais. O Sul evoluía para uma autonomia relativa, desenvolvia-se pouco a pouco a cooperação, a associação e a integração. (BUENO e CERVO, 2010:392)

Os esforços do Sul trouxeram alguns resultados, como a institucionalização da UNCTAD, a criação da UNIDO (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial 1966) e o estabelecimento no FMI de um comitê voltado para os problemas do desenvolvimento. (BUENO e CERVO, 2010:393). No entanto, conforme o tempo passava, ficava cada vez mais evidente que os resultados mais operativos não eram alcançados.

Os anos 1980 foram marcados por instabilidade e contradições para o Brasil. O crescimento econômico e a credibilidade internacional do país estavam ameaçados pela inconstância de nossa economia. Neste período, a maioria dos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, afundados em dívidas externas, passaram a sofrer com as imposições do sistema internacional (BUENO e CERVO, 2010:427). No entanto, o Brasil não abandonou os seus vínculos com os países do Sul, demonstrando até mesmo uma certa evolução. O estreitamento das relações com a China (IDEM, IBIDEM:446), ou com a Índia (VIEIRA, 2009), por exemplo, ganhou maior densidade nesta época, quando foram firmados alguns acordos de cooperação entre os países, nas áreas comercial, tecnológica e científica.

Após alguns anos de relativo esfriamento do debate sobre a CSS, no século XXI ela passa a ter mais notabilidade do que nunca, fortalecida pelo aumento do poderio econômico de alguns países-chave. Entre estes países, destacam-se os BRICS<sup>7</sup>, grupo de países emergentes considerados subdesenvolvidos, mas que, nas últimas décadas, apresentaram um crescimento econômico alto. Pertencem ao grupo: Brasil, Rússia, Índia, China e, mais recentemente, África do Sul. O grupo atualmente busca agir conjuntamente em organismos internacionais e possui agenda de cooperação multissetorial entre os membros (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES).

Para esta retomada da CSS, compreendida como uma ação coletiva com o objetivo de

---

<sup>7</sup> Na realidade, o organismo BRICS decorre de uma típica percepção de países do Sul, sem capacidade de promoção de mudanças sistêmicas, mas com vontade de exercer um papel na promoção destas mudanças. Na GF, as teses da CSS eram representadas pelo Terceiro Mundo e, atualmente, pelo BRICS. Porém, com uma diferença fundamental. Antes representava o conjunto dos países não desenvolvidos e, hoje, representa os mais desenvolvidos dos não desenvolvidos. No entendimento de Oliveira (2012:98), “há uma continuidade da ação coletiva, mas que agora é seletiva e hierárquica ao (buscar) englobar atores com maior expressão econômica e/ou política, representados pelos conceitos, também não claros, de potência emergente e/ou de potência regional”.

possibilitar e ampliar a participação destes países nos processos decisórios internacionais, precipuamente nos econômico-financeiros, é interessante retomar a ideia de que, desde o imediato fim da GF, Estados Unidos reconhecia a potencialidade de países do Sul, com relativo poder regional, expressiva presença no plano internacional e que teriam que ser ouvidos no processo, que se iniciava, de redefinição do Sistema e da Ordem Internacionais (HUNTINGTON, 1992: 19).

Apesar do relativo esfriamento, passada a tentativa de Collor de retomar uma aliança especial com os EUA, a China, em 1993, estabeleceu com o Brasil sua primeira parceria estratégica (BIATO, 2010: 68-72). No Governo Itamar Franco retomou-se a perspectiva universalista da PEB com o empenho em retomar laços com “pares potenciais da comunidade internacional (China, Índia, Rússia e África do Sul)” (HIRST,PINHEIRO. 1995: 11). Seminários acadêmicos sobre a China, Índia e África do Sul, assim como as visitas presidenciais a estes países, no primeiro governo Fernando Henrique, possibilitam a introdução do conceito de “eixo das potências regionais”, “multicentrado nos ângulos do quadrilátero Pequim-Moscou-Nova Delhi-Pretória” (LESSA,1998: 38).

### **2.3 O comércio internacional no eixo Sul-Sul**

Conforme afirma Pino (2014:81), a CSS não é um evento novo, a novidade é o fato de agora estar ganhando mais destaque. A intensificação deste tipo de cooperação se deveu a alguns fatores, como a execução de políticas externas mais afirmativas com diversificação das opções de inserção internacional, através da elaboração de grupos como o BRICS e ao aumento significativo do PIB em países como China, Brasil e Índia.

Este aumento do poderio econômico dos países emergentes acabou por gerar mudanças nas relações comerciais internacionais. Pino (2014:62) afirma que “Boa parte das primeiras demandas dos países do Sul, formuladas a partir de Bandung, articulou-se em torno do tema das assimetrias nos intercâmbios comerciais internacionais”. Na época de Bandung havia uma estrutura de comércio que era das metrópoles do Norte para as periferias do Sul, os Estados do Norte ocupavam uma posição central na estrutura de comércio, enquanto que os Estados do Sul tinham negociações limitadas entre eles mesmos. (KRISTINSSON. 2015:36)

No entanto, conforme afirma Kristinsson (2015:40): “Os dias em que todas as estradas se direcionavam ao Norte acabaram”. Para este autor, a estrutura metrópole-periferia se dissolveu. O movimento em direção a um mundo de múltiplos centros tem se acelerado na última década, este movimento rumo a um mundo diferente se deve à consolidação da posição de alguns países do Sul dentro da economia capitalista global. Esta nova economia apresenta novas ligações transcontinentais que estão reconfigurando o comércio, investimento e fluxos

financeiros globais (GOLUB, 2013:1001).

De longe a região que mais se destaca na consolidação de novas potências é a Ásia, que passou por um processo de expansão econômica com recordes na história mundial. Caminhos históricos e atividades estatais conduziram os processos de industrialização no Leste Asiático, começando pelo Japão, passando por Taiwan e Coreia do Sul, até chegar na China. A porcentagem da Ásia no PIB global subiu de 10% em 1980 para 25% em 2010. A fatia somente da China subiu de 2% para 14%. Quanto ao poder de compra, na China subiu 33 vezes, de US\$ 250 para US\$ 8380 em 2011. Este processo de “reestruturação” foi acentuado durante a crise econômica de 2007 que afetou especialmente a União Europeia e os EUA. (GOLUB, 2013:1001):

O sistema internacional hierárquico construído no último período moderno, que estava centrado no Atlântico Norte, ordenado pelos poderes Ocidentais, e que instituiu uma divisão global do trabalho, dividindo o mundo em núcleos dominantes e periferias dependentes, está dando espaço para um sistema mundial descentralizado com múltiplas fontes de autoridade. (GOLUB, 2013:1002)

De acordo com Carvalho e Milani (2012:17), a Cooperação Sul-Sul é apresentada como diferenciada da Cooperação Norte-Sul, por haver maiores proximidades econômicas, históricas e culturais entre os países. Mas a CSS não significa o esgotamento da CNS, ela apenas se dá em decorrência natural do crescimento tecnológico, econômico e político de alguns países em desenvolvimento. Golub (2013:1003) defende que esta diminuição da subordinação dos países do Sul não se deveu ao processo de descolonização em si, ocorrido por volta dos anos 1950. Mas sim graças a um processo de industrialização tardio conduzido pelos Estados, por volta dos anos 1970, com estratégia inicial de substituição de importação.

Na década de 1980, a troca comercial entre o Sul era menos que 100 bilhões de dólares, até 2004 estava abaixo dos 500 bilhões. De 2004 para cá, cresceu mais de 5 vezes e hoje representa aproximadamente 2,5 trilhões de dólares. O Sul está diversificando suas destinações de exportações. Se na década de 1980 apenas 20% das exportações do Sul se destinavam a outros países do Sul, em 2013 esta proporção já tinha subido para 42%. – (Kristinsson, 2015: 38,39)

Dentre os países do Sul Global, o que tem mais se destacado pela força de sua economia é, sem dúvidas, a China. Conforme aponta Kristinsson (2015: 40) “A China emergiu como a maior nação comercial, não apenas no Sul, mas no mundo inteiro”. Este país hoje representa metade das relações comerciais Sul-Sul, como exportadora e importadora. (Kristinsson, 2015: 40)

Carvalho e Milani (2012:17) trazem a observação de Corrêa (2010) de que “o

movimento atual dos países dentro da CSS, utilizando a cooperação internacional como forma de *soft power* e buscando novos mercados, não é muito diferente das origens da atuação internacional dos países doadores tradicionais”. É de suma importância ressaltar que, apesar da CSS surgir com a ideia de relações mais simétricas, tal como a CNS, ela também não é homogênea. Além disso os países também agem de acordo com seus interesses, sendo eles recursos energéticos, produtos agrícolas, aumento da relevância no cenário internacional, etc. (CARVALHO, MILANI, 2012:15).

### 3 AS RELAÇÕES COMERCIAIS SINO-BRASILEIRAS

As relações diplomáticas da República Popular da China (RPC) com o Brasil foram estabelecidas em 1974, no início do Governo Geisel<sup>8</sup>. Naquela época os dois governos já compartilhavam opiniões semelhantes em muitos pontos da política internacional, como a premissa de lutar por uma maior independência em relação às superpotências (EUA e URSS) e a tomada de posições semelhantes durante algumas Conferências Internacionais (UEHARA, 2013). Ao retornar à comunidade internacional, em 1971, com o aval estadunidense, a RPC lançou em 1972, com Mao Zedong, e oficializou, em apresentação de Deng Xiaoping, em 1974 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, sua Teoria dos 3 Mundos. Objetivamente o que a China visava era deixar claro que sua política internacional não estava calcada no relacionamento com a URSS ou com os EUA, mas sim em uma posição similar à dos países do Terceiro Mundo (BECARD, 2008: 41-42; OLIVEIRA, 2012: 72-73).

Como ressalta Oliveira (2005: 155), o Brasil “estava apostando, enfaticamente, na agenda do Terceiro Mundo e, conseqüentemente, visualizou a República Popular da China, retomando sua cadeira no Conselho de Segurança da ONU e defendendo os mesmos ideais, como um promissor parceiro na defesa dos interesses comuns”.

A partir dos anos 2000, a parceria entre os dois países passou a ter maior notoriedade, devido não só à prioridade dada pelos governos às relações com o Sul, mas sobretudo ao maior poderio econômico dos dois países no período. Além disso, a crise econômica de 2008 também aumentou a importância relativa destes países no cenário mundial.

---

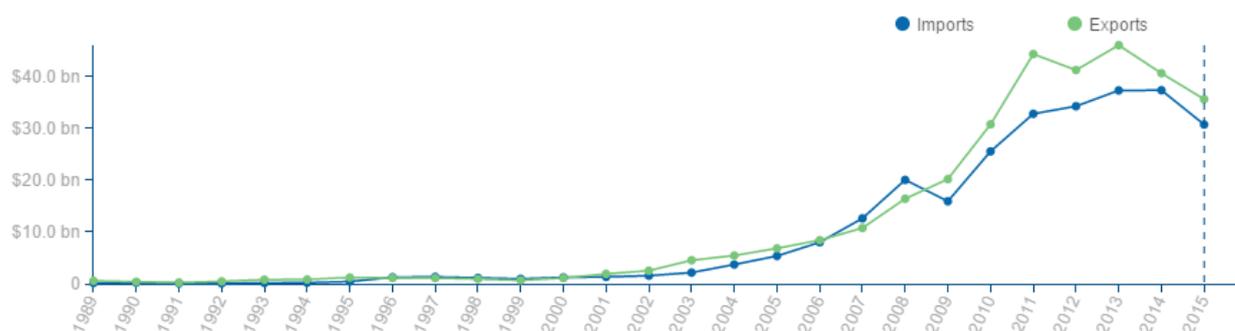
<sup>8</sup> É sempre importante lembrar que o estabelecimento de relações diplomáticas com a RPC e o reconhecimento do Partido Comunista Chinês (PCC), como legítimo representante do povo chinês ocorreu durante a ditadura militar, indicava que a Política Externa Brasileira atuava independentemente de fronteiras ideológicas e que, no processo pressionando por mudanças nas regras do comércio internacional, a parceria com a China era imprescindível (OLIVEIRA, 2012).

Brasil e China são grandes nações em desenvolvimento que participam de mecanismos tais como o BRICS e o G20 objetivando, conjuntamente, obter mais influência nos fóruns internacionais de governança econômica e financeira. Em 2004 se intensificaram as trocas de visitas oficiais entre os países, também neste ano foi estabelecida a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), a qual é considerada o principal mecanismo de cooperação entre os dois países. No contexto de cooperação Sul-Sul, as relações entre o Brasil e a China se destacam em diversos setores, sobretudo na área comercial, a qual foi revigorada principalmente pela forte demanda chinesa por nossas commodities. (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2014)

Entre 2001 e 2015 a corrente de comércio Brasil-China se expandiu de U\$ 3,2 bilhões para U\$ 66,3 bilhões (COMTRADE, 2016). A figura abaixo demonstra a intensificação das trocas comerciais entre os dois países nos últimos anos, as quais costumam ser superavitárias para o Brasil. Além disso, o país asiático tem se destacado como um dos maiores investidores estrangeiros no Brasil, sobretudo nos setores de energia, mineração, siderurgia e agronegócio. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES).

### Figura 1: Comércio entre Brasil e China desde 1989

Fonte: *Comtrade data. Desenvolvido pelo Departamento para Inovação dos Negócios e Habilidades (Reino Unido)*



O elevado crescimento da economia chinesa foi impulsionado pela entrada do país na OMC, em 2001, através de uma forte inserção no mercado internacional. Tanto as importações, como as exportações daquele país cresceram vertiginosamente e tiveram impactos relevantes no cenário mundial. Desde 2009, a China é o maior parceiro comercial individual do Brasil no

mundo<sup>9</sup>.

O aumento destas relações com os países do Sul pode ter sido motivo de euforia para alguns, que imaginavam que, abandonando as relações subjugadas com os países do Norte, o Brasil finalmente abriria seu caminho para o desenvolvimento. No entanto, os dados que serão apresentados abaixo demonstram que o fato de que estamos comercializando mais com países em desenvolvimento, não significa que as exportações brasileiras estão se tornando mais aprimoradas, muito pelo contrário.

Enquanto as trocas comerciais chinesas com o mundo se tornavam cada vez mais sofisticadas, no Brasil as commodities foram as grandes responsáveis pelo crescimento da receita proveniente das exportações. Entre 2000 e 2011, a receita de petróleo, por exemplo, aumentou, nada mais e nada menos que, 13.572%. A receita de açúcar bruto aumentou 1.417%, a de minério de ferro 1.271%, a carne de frango 776%, o açúcar refinado 674%, a carne bovina 729% e a soja 646%<sup>10</sup>. Foi através da venda desses produtos que a balança comercial brasileira tem se mantido superavitária, e dessas commodities, uma quantidade significativa se direciona ao dragão asiático.

Conforme aponta Oliveira, as relações bilaterais com a China são de tamanha importância, que foram essenciais para que o Brasil não sofresse tanto com os impactos da crise de 2009:

[...] a China teve papel fundamental para que o Brasil não fosse, entre outros fatores, drasticamente afetado pela crise financeira global de 2008-2009, de um lado, pela manutenção das crescentes importações de matérias-primas e de produto agrícolas e, de outro, pela também recente e crescente presença de capitais chineses no Brasil (investimentos externos diretos). (OLIVEIRA, 2012:74)

Conforme aponta o autor acima, as trocas comerciais com a China são muito relevantes à economia brasileira. As tabelas abaixo mostram os principais produtos brasileiros exportados para a China em 2015, em contraste com os principais produtos importados daquele país. Logo a seguir, apresenta-se uma figura que mostra a relação das importações e exportações entre os dois países por fator agregado:

<sup>9</sup> MOORE, Malcolm. **China overtakes the US as Brazil's largest trading partner**, The Telegraph, Shanghai, 2009. Disponível em < <http://www.telegraph.co.uk/finance/economics/5296515/China-overtakes-the-US-as-Brazils-largest-trading-partner.html> > Acesso em out. 2015

<sup>10</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO EXTERIOR. Radiografia do comércio exterior brasileiro: passado, presente e futuro. Rio de Janeiro, janeiro, 2012. Pág. 7.

**Tabela 1: Principais produtos brasileiros exportados para a China (em milhões de dólares)**Fonte: *Comtrade*

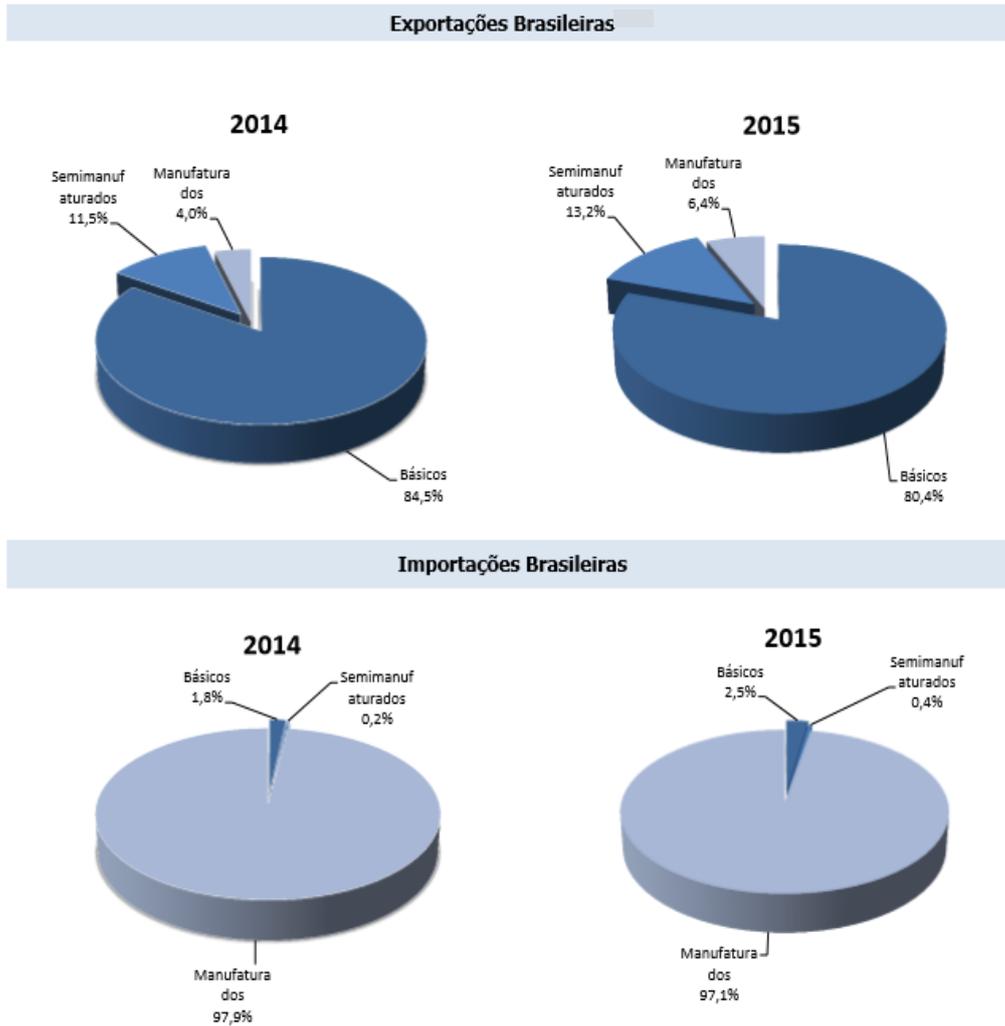
2015		
1º	Sementes oleaginosas, frutos oleaginosos, grãos, sementes, frutos, etc.	\$15.800,00
2º	Minérios, escórias e cinzas	\$ 6.900,00
3º	Combustível mineral, óleos e produtos de destilação	\$ 4.100,00
4º	Pasta de madeira, celulose	\$ 1.900,00
5º	Carnes e miudezas comestíveis	\$ 1.100,00
6º	Açúcares e produtos de confeitaria	\$ 764,4
7º	Cobre e suas obras	\$ 662,3
8º	Couros e peles em bruto (exceto peles com pelos) e couros	\$ 621,4
9º	Ferro e Aço	\$ 591,6
10º	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc.	\$ 462,4

**Tabela 2: Principais produtos chineses importados pelo Brasil (em milhões de dólares)**Fonte: *Comtrade*

2015		
1º	Equipamentos eletrônicos	\$8.500,00
2º	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas	\$5.200,00
3º	Produtos químicos orgânicos	\$2.000,00
4º	Navios, barcos e outras estruturas flutuantes	\$1.000,00
5º	Ferro e Aço	\$ 935,50
6º	Plásticos e artigos semelhantes	\$ 928,20
7º	Vestuário e acessórios, exceto de tricô e crochê	\$ 872,50
8º	Artigos de ferro e aço	\$ 820,40
9º	Veículos, exceto ferroviários, elétricos	\$ 744,30
10º	Aparelhos ópticos, fotográficos, técnicos, médicos, etc.	\$ 670,90

**Figura 2: Exportações e Importações brasileiras por fator agregado em US\$ milhões:**

Fonte: MRE/DPR/DIC – Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

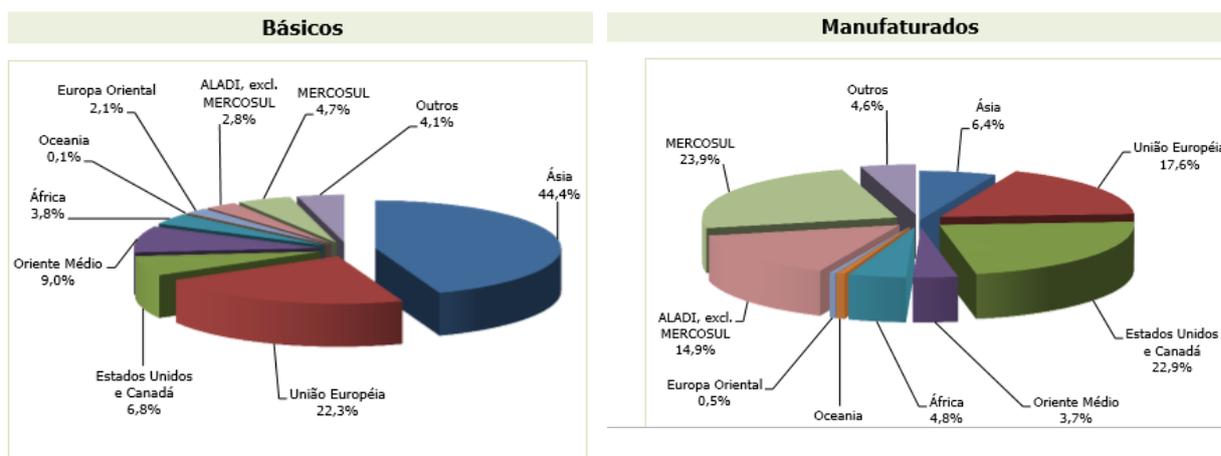


As tabelas e gráficos demonstram com clareza uma assimetria existente nas trocas comerciais sino-brasileiras: continua a antiga sina brasileira de importar produtos manufaturados e exportar commodities. Enquanto os principais produtos exportados pela China para o Brasil são os equipamentos eletrônicos, o Brasil sobretudo exporta sementes e grãos àquele país, ou seja, produtos sem nenhum valor agregado.

E ao analisar os gráficos que serão apresentadas abaixo, notamos ainda que em comparação às trocas comerciais do Brasil com outras regiões do mundo, a Ásia é, sem dúvidas, a região em que as trocas comerciais são mais assimétricas, no que diz respeito à qualidade dos produtos que são comercializados.

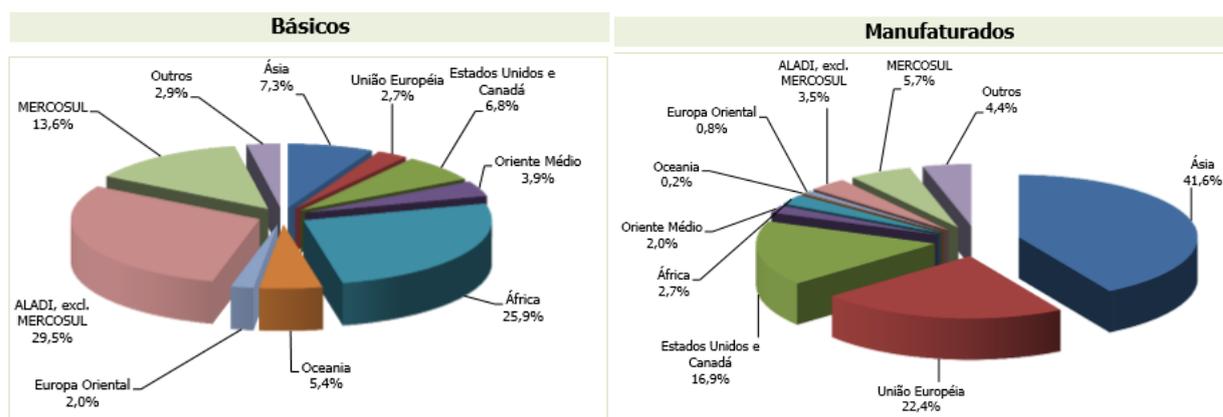
**Figura 3: Direção das exportações brasileiras por fator agregado. 2015 (janeiro e fevereiro)**

*Elaboração pelo MRE/DPR/DIC – Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015*



**Figura 4: Origem das importações brasileiras por fator agregado. 2015 (janeiro-fevereiro)**

*Elaboração pelo MRE/DPR/DIC – Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.*



A observação dos gráficos nos mostra que os asiáticos são os maiores compradores de matérias primas, representando quase metade das exportações no período apresentado (44,4%), o segundo maior comprador dos básicos foi a União Europeia (22, 3%). Quanto aos manufaturados, a Ásia representa apenas 6,4% das exportações, em primeiro lugar nestas exportações está o Mercosul com 23,9%, seguido por EUA e Canadá, com 22,9%.

Neste mesmo período, a Ásia se configurou, disparadamente, como a região de onde o Brasil mais importa produtos manufaturados (41,6%), seguida pela União Europeia (22,4%). Em suma, os dados não negam, especialmente em relação à Ásia, importa-se majoritariamente produtos industrializados e exporta-se commodities, uma relação um tanto semelhante com a dos tempos de colônia.

É importante ressaltar que o país impulsionador nas trocas comerciais com a Ásia é, sem dúvidas, a China. E, como os dados demonstram, as trocas com os asiáticos são as mais “primarizadas”, em comparação às outras regiões. Exporta-se, principalmente, produtos de baixo valor agregado e importamos manufaturados.

No entanto, os dados apresentados não são suficientes para afirmar que o mal desempenho da indústria nacional é por causa do comércio com essa região. Oliveira defende que esta assimetria nas trocas comerciais:

Trata-se muito mais de um problema estrutural do que conjuntural e que, sem dúvidas, tem sido exponencialmente acentuado pelo apetite chinês por produtos básicos e pela acentuada demanda brasileira de manufaturados. (OLIVEIRA, 2012: 188).

Ou seja, para o autor, a ‘primarização’ das exportações brasileiras já estava ocorrendo no Brasil muito antes da forte influência chinesa no país. Há outros fatores, apresentados na próxima parte deste artigo, que impactaram nos rumos que tomou a economia

brasileira. De toda forma, pode-se afirmar com o que foi apresentado até então que - no ponto de vista comercial - ter mais relações com outro país do eixo Sul não significa que estamos tendo trocas mais simétricas. Nota-se que a intensificação das trocas comerciais sino-brasileiras está mais relacionada à demanda chinesa por nossas commodities, do que a aposta na CSS.

#### **4 AS CAUSAS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL**

Na década de 1970, a indústria brasileira era maior do que a da Coreia do Sul, Malásia e Tailândia juntas (SALAMA, 2012:35), naquela época o parque industrial chinês também não representava vantagem em relação ao brasileiro. De lá para cá vimos países como a Coreia do Sul desenvolver produtos industriais, mundialmente reconhecidos por sua alta qualidade. Enquanto isso, testemunhamos o selo “Made in China” se tornar uma presença mais e mais comum em todo tipo de mercadoria.

A indústria brasileira, por outro lado, neste período foi perdendo cada vez mais sua força, enquanto aumentava cada vez mais suas trocas comerciais com aquela região. Faz sentido, então, afirmar que existe uma relação entre o fortalecimento industrial daqueles países, especialmente da China, e o enfraquecimento de nossa indústria?

##### **4.1 As irregularidades internas**

Estudos apontam que, na verdade, a desindustrialização do Brasil iniciou-se por volta da década de 1980, quando o país sofria uma precária situação interna, de hiperinflação, desorganização fiscal e dívida externa exorbitante. Esses fatores anulavam a capacidade de atuação do governo, que até então era um forte estimulador de nossa indústria. Antes disso, dois grandes Planos Industriais foram responsáveis pelas bases da infraestrutura industrial que o país tem hoje, o Plano de Metas (1956-1961) e o II PND (1974-1979). (FIESP, 2015: 13)

Estes planos deram origem a indústrias de bens de consumos duráveis, de capital, insumos básicos e energia, neste período a participação da indústria de transformação no PIB aumentou consideravelmente (FIESP, 2015:12). No entanto, nos últimos tempos, a Política Industrial parece ter saído de moda no Brasil, pois o II PND foi a última tentativa em grandes dimensões de industrializar o nosso país.

A crise do endividamento externo deixa os países da América Latina de mãos atadas com os EUA. Golub (2013: 1007) aponta que, por conta destes endividamentos, os países do

Norte puderam impor políticas econômicas aos países do Sul. Conforme nos lembra o autor, a América Latina foi a primeira região do mundo a abraçar as reformas neoliberais, foram aqui também os resultados mais ambíguos destas reformas.

Ao adotar o neoliberalismo, empresas multinacionais foram incorporadas ao mercado latino-americano sem restrições e sem requerimentos de transferências tecnológicas, deixando a região à mercê das “mãos invisíveis” do mercado (DELGADO, 2015:13). Os empréstimos associados ao modelo econômico neoliberal do Consenso de Washington, fizeram com que os países latino-americanos tivessem que abandonar o processo de substituição de importação, e ao diminuírem suas barreiras, as indústrias acabaram sufocadas pela concorrência externa. A dificuldade de conseguir créditos a longo prazo e as incertezas quanto aos preços, acabaram desestimulando também os investimentos privados (FIESP, 2015:13).

#### **4.2 A importância da Política Industrial**

Foi devido a essas tantas dificuldades e pressões externas e internas, que o Brasil acabou por abandonar a Política Industrial, incorporando de vez o neoliberalismo na década de 1990. E ao adotar o ideal do Estado Mínimo, os esforços para desenvolver a nossa Indústria foram deixados de lado.

Sabe-se que a indústria é um setor essencial para impulsionar o desenvolvimento resiliente de um país. Ricupero (2005, 4) aponta que as conquistas de produtividade estão diretamente relacionadas ao êxito econômico, desta forma: “A importância de estabelecer uma ampla base industrial deriva justamente do grande potencial da indústria para um forte crescimento da produtividade e renda”.

Os países do Leste Asiático que hoje possuem indústrias poderosas utilizaram (e muito) políticas públicas para poderem desenvolvê-las (DELGADO, 2015:12). No Brasil, a Política Industrial também esteve presente em casos de sucesso de nosso Parque Industrial, como a Embraer, fundada em 1969, que no começo de sua história era uma empresa parcialmente estatal, ajudada através de subsídios, compras do governo, taxas de incentivo, financiamentos e forte investimento em P & D (SPINA, 2005: 288).

Fukuyama aponta que “Nos últimos anos, os economistas têm reconhecido amplamente a importância das instituições: países pobres não são pobres porque não tem recursos naturais, mas sim porque não tem instituições políticas efetivas” (2011:14). O Estado tem um papel de regulador e facilitador da maturação do setor privado, além do mais, é o Estado que tem a obrigação de garantir que o crescimento econômico dê oportunidade aos mais pobres de serem empregos nas atividades produtivas (UNIDO, 2014: 27).

Chang (2006) é um grande defensor da importância das políticas públicas e crítico ferrenho da ideologia do mercado livre. M. Cimoli, G. Dosi and J. E. Stiglitz (2008:11) também defendem que “A ideia de que uma Toyota, Samsung, Tata ou Embraer, podem naturalmente florescer de uma multidão de camponeses, graças somente às ‘mãos mágicas do mercado’ é um conto de fadas que poucos estão dispostos a acreditar” (CIMOLI, DOSI, STIGLITZ:2008:3). O que fica claro é que, de acordo com estes autores, os países precisam sim do incentivo estatal para se desenvolverem.

É interessante ressaltar que enquanto o Brasil (e os outros países da América Latina) incorporava, com cada vez mais força, a ideia do Estado Mínimo e abria sua economia sem nenhuma restrição, vimos a produção Sul-Coreana evoluir do ferro para o aço e, posteriormente, para carros e microtecnologia, enquanto a Malásia aprendeu a transformar madeira em móveis. A América Latina, por outro lado, continua a produzir e exportar, majoritariamente, minérios de ferro, polpa de madeira e outra commodities.

A seguinte tabela, elaborada por Cimoli, Dosi e Stiglitz (2008:6) nos dá uma ideia de alguns fatores políticos, econômicos e administrativos que mostram os caminhos que levaram essas duas regiões a destinos tão diferentes:

**Tabela 3. Nas raízes das diferenças entre a performance do Leste Asiático e a América Latina: divergências nos Sistemas Nacionais de Inovação e Produção nos anos de 1980 e 1990**

Leste Asiático	América Latina
Expansão do Sistema Educacional, com uma grande proporção de alunos na área de engenharia	Deterioração do Sistema Educacional, com proporcionalmente menos estudantes de engenharia
Rápido crescimento das atividades científicas e tecnológicas dentro das empresas, particularmente P&D	Baixo crescimento, estagnação e declínio de P&D e atividades de aprendizagem dentro das empresas
Integração gradual do design de produção, marketing e atividades de pesquisas dentro das empresas	Fraco P&D e falta de marketing, principalmente nos mercados estrangeiros
Desenvolvimento de forte infraestrutura de ciência e tecnologia	Infraestrutura fraca para ciência e tecnologia
Forte influência do modelo japonês de modelo administrativo e organização de network	Influência persistente de modelos administrativos ultrapassados
Altos níveis de investimento	Baixos níveis de investimento, em geral
Investimento pesado em telecomunicações avançadas	Desenvolvimento lento de telecomunicações modernas
Forte indústria eletrônica, rápido crescimento e muitas exportações	Indústria eletrônica fraca e pouca exportação
Especialização em produtos com alta elasticidade-renda	Especialização em produtos de baixa elasticidade-renda

Grande participação nos networks internacionais e nos acordos sobre tecnologias	Baixa participação nos networks internacionais de tecnologia
Esforços políticos sofisticados, visando a promoção do aprendizado tecnológico, com esquemas de proteção do Mercado doméstico	Migração de regime de proteção total para o “Sistema de Mercado selvagem” com pouco incentivo ao aprendizado
Relativa igualdade na distribuição de renda	Distribuição de renda cada vez mais desigual

Esta tabela demonstra alguns elementos essenciais para o triunfo da Política Industrial no Leste Asiático: educação, P & D, grande incentivo ao desenvolvimento de produtos de alta tecnologia, alto investimento em infraestrutura e modelos administrativos sofisticados, tudo isso comandado por sérios esforços políticos e com táticas de proteção aos produtos nacionais. Ao fazer esta comparação com o Leste Asiático, notamos quão importante foram as estratégias de Política Industrial àquela região.

### 4.3 Outros fatores influentes

Tanto o abandono da Política Industrial, quanto o forte impacto da onda neoliberal no Brasil foram dois fatores que influenciaram muito para que ficássemos para trás, em relação ao desenvolvimento industrial asiático. Porém, outros pontos também merecem destaque. Golub (2013:1008) aponta que Taiwan e Coreia do Sul, por exemplo, se beneficiaram da hegemonia americana para conseguirem se desenvolver, uma vez que estavam integradas ao sistema econômico e de segurança dos EUA durante a Guerra Fria. Os Estados Unidos ajudaram muito no fortalecimento industrial destes países, ajuda esta que a América Latina pouco teve.

Oliveira (2016:151) nos lembra que a Ásia na década de 1960 começou a desenvolver uma cadeia regional produtiva, que foi agregando novos países. E a China, por exemplo, teve a sorte de estar inserida em uma região com um desenvolvimento industrial dinâmico. Oliveira (2016:151) cita Estevadeordal para demonstrar como os processos produtivos na Ásia estão fortemente interligados: “apesar de a China exportar o iPod e incluir em suas estatísticas de comércio o valor total do produto, o país só contribui com 3,8% do valor total do bem, uma vez que muitos outros países também participam da produção” (ESTEVADEORDAL, 2013:10 *apud* OLIVEIRA, 2016:151).

Em um debate sobre esta questão de desindustrialização, Ricupero (2007, 4-11) confirma algumas ponderações arroladas acima, como o fato de que as crises do petróleo (década de 1970) e a crise da dívida (década 1980)

“aceleraram os problemas macroeconômicos”, gerando estagnação e inflação. Complementa sua reflexão, ponderando que só saímos desta instabilidade inflacionária com a estabilização monetária do Plano Real. Entretanto, as taxas de juros elevadas e as taxas de câmbio extremamente valorizadas são “muito desfavoráveis à agregação de valor”, levando ao que ele entende como desindustrialização, ou seja, “uma política econômica que, devido à taxa de juros e à taxa de câmbio extremamente valorizada, é muito desfavorável à agregação de valor”. E a concentração em exportação de commodities complica ainda mais o cenário ao também não agregar valor.

Belluzzo (2007, 13) concorda com as ponderações de Ricupero ao afirmar que

a indústria brasileira sofreu um retrocesso enorme desde o período do Fernando Henrique e continua até agora, por conta dos desalinhamentos no câmbio dos juros, causados por uma política monetária fiscal e cambial desastrosa do período Fernando Henrique, que teve sequência no governo Lula.

E Carleial (2007, 20) também credita ao processo de estabilização monetária um papel fundamental na atual desindustrialização brasileira, “agravada pelo processo de ajuste dos anos 1990, pois tivemos inserção na globalização pelo lado financeiro e não pelo lado produtivo e, finalmente, pela natureza da política econômica”.

Ainda neste debate, Belluzzo (2007, 13), ao afirmar que a política econômica de Fernando Henrique tornou o Brasil mais vulnerável e provocou a crise financeira de 1999, introduz a ideia de que em decorrência da emergência chinesa, “fomos salvos por nossos recursos naturais e pela mudança da estrutura da demanda no comércio internacional, o que favoreceu muito as *commodities*”.

Conforme foi apontado acima, fatores históricos, políticos e regionais influenciaram decisivamente no rumo que tomou o desenvolvimento industrial brasileiro. Neste sentido, a China e a Cooperação Sul-Sul, são fatores influentes sim, porém não decisivos quando analisamos mais a fundo.

Oliveira (2016) nos faz refletir sobre um outro lado da moeda: a China, em partes, até mesmo ajuda no nosso desenvolvimento industrial: “É fundamental ressaltar que os investimentos chineses direcionados ao setor automobilístico contribuem positivamente para uma inovação tecnológica no parque industrial brasileiro” (OLIVEIRA, 2016: 156). Além disso, o autor pondera também que, mesmo se a presença dos produtos chineses inibiu as exportações de manufaturados brasileiros, a sua demanda por commodities acaba por compensar as nossas receitas perdidas: “Desta forma, a China é parte do problema e parte da solução; e, conseqüentemente, não é questão de “demonizar” sua atuação internacional e seus

impactos nos interesses nacionais, nem de “endeusá-la”. (OLIVEIRA, 2016:159)

## 5 CONCLUSÃO

A estratégia da Cooperação Sul-Sul estava relacionada à esperança da criação de condições político-econômicas mais favoráveis aos países do Terceiro Mundo, seja através de mudanças em regras do sistema internacional, seja através dos intercâmbios entre estes países.

Desde o início dos anos 2000 vivenciamos um cenário mundial em que vários países tidos como do Sul apresentam um nível de desenvolvimento econômico forte o suficiente para deslocar o monopólio do Norte sobre as correntes comerciais.

Neste contexto, as relações sino-brasileiras se destacam em diversos setores, sobretudo na área comercial, a qual foi impulsionada desde o início dos anos 2000. Estas relações geram polêmica devido à constatação de que enquanto as exportações chinesas para o Brasil e restante do mundo se tornavam cada vez mais sofisticadas, a pauta brasileira foi marcada pela presença dos produtos primários, sobretudo nas exportações que se direcionavam à região chinesa.

A partir deste fato, pode-se constatar que as trocas com este país, não são necessariamente mais simétricas. Pelo contrário, notou-se que atualmente, sobretudo a China compra matérias primas brasileiras enquanto vende seus produtos industrializados. Pode-se então afirmar que a aposta na Cooperação Sul-Sul foi um erro? Seria o relacionamento do Brasil com a China danoso à nossa economia?

O que se pôde notar, de acordo com o estudo, foi que o aumento das trocas comerciais entre países do eixo Sul, se deveu muito mais ao empoderamento industrial e comercial destes mesmo países do que à aposta na estratégia “mais justa e igualitária” da CSS. Não foi a CSS que fortaleceu as trocas comerciais no eixo-Sul, mas sim o fortalecimento econômico de alguns países do eixo-Sul. Além disso, a tendência de reprimarização da economia brasileira já estava em evidência, mesmo antes da intensificação das trocas comerciais sino-brasileiras.

O que se depreendeu nesta pesquisa foi que a China é apenas um fator diante de muitas outras razões históricas, políticas e regionais que contribuíram para que a economia brasileira ficasse mais “primarizada”. Pesquisas apontam que a “reprimarização” da economia brasileira foi um processo que começou nos anos 1980, com as grandes crises econômicas internas que minavam o poder de ação do país.

Alinhado a este fator, estava o fato do Brasil estar de mãos atadas aos EUA, ao ter uma dívida externa que lhe custou além de muitos dólares, também o poder de decisão sobre fatores

político-econômicos internos. Diante desta situação o Brasil acabou por abandonar a sua Política Industrial, deixando-a em segundo plano.

Não cabe então demonizar a CSS ou a China, alguns autores ressaltam que por alguns lados a China é, na verdade, muito benéfica à economia brasileira, por ser um grande investidora em alguns de nossos setores industriais.

A superação de assimetrias vai muito além da CSS, diversas questões contribuíram para que a indústria brasileira perdesse sua força, aumentando assim a importância dos produtos primários para a sua economia. São vários fatores estruturais e conjunturais, internos e externos que, em conjunto, levam o Brasil a ter relações mais ou menos simétricas. Não pode somente a CSS, ou apenas um parceiro comercial específico determinar o nosso destino.

## SINO-BRAZILIAN RELATIONS: THE HOPE TO OVERCOME ASSYMETRIES BY SOUTH-SOUTH COOPERATION

### **ABSTRACT**

The beginning of the 21st century was marked by the economic empowerment of players from the Global South, especially some pivot States, called Emerging Countries. These countries, in addition to boosting trade in the South-South axis, were also responsible for the great notoriety of South-South Cooperation in the international scenario. As Sino-Brazilian relations are embedded in this context, since the early 2000s, trade between the two countries increased substantially and China is now our largest commercial partner. However, given the fact that we mostly sell commodities and buy primarily manufactured goods from China, some questionings are made, and they even blame China for our poor performance in the industrial sector. The present article seeks, through a bibliographical research, to analyze the impacts of trade relations between China and Brazil within the idea of South-South Cooperation, questioning whether Chinese products really influence the deindustrialization of Brazil.

Keywords: South-South Cooperation; Sino-Brazilian relations; Deindustrialization of Brazil.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO EXTERIOR. Radiografia do comércio exterior brasileiro: passado, presente e futuro. Rio de Janeiro, 2012. P. 7.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: Política Externa Comparada e Relações bilaterais (1974-2004)**. Brasília: FUNAG, 2008.

BEIJING's Brad Ambassador: A Conversation with Cui Tiankai. **Foreign Affairs: Tiananmen and After**. Maio, 2014.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. "Nós fomos ultrapassados pelos outros, o que não quer dizer que isso seja um fenômeno insuperável." **IHUon-lne. Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. 218: 12-16, 07 de Maio de 2007.

BIATO Junior, Oswaldo (2010). **A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: FUNAG.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos. Divisão de Inteligência Comercial. **CHINA Comércio Exterior**. Março, 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos. Divisão de Inteligência Comercial. **BRASIL Comércio Exterior (dados até março de 2015)**. Abril de 2015.

BUENO, C., CERVO, A. **História da Política Exterior Brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª ed. 2010.

CARLEIAL, Liana Carleial. "Podemos encarar essa desindustrialização como um problema a ser enfrentado e revertido". **IHUon-lne. Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. 218: 17-22, 07 de Maio de 2007.

CARVALHO,T; MILANI, C. "Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no Continente Africano". **Estudos Internacionais**, 1(1): 11-35. 2012.

CHANG, Ha-Joon. **Por que os países em desenvolvimento precisam de tarifas?** Como as negociações entre a OMC e o NAMA poderiam negar aos países em desenvolvimento o direito a um futuro. Cambridge: Faculdade de Economia da Universidade de Cambridge, 2006.

CIMOLI, M., DOSI G., STIGLITZ, J. E. **The Political Economy of Capabilities Accumulation: the Past and Future of Policies for Industrial Development**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. Carta Brasil-China, 9ª ed., 2014.

DELGADO, I. G., **Política Industrial na China, na Índia e no Brasil: legados, dilemas de coordenação e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2015.

FIESP, DEPARTAMENTO DE PESQUISAS E ESTUDOS ECONOMICOS. Perda de participação da indústria no PIB. São Paulo, 2015.p. 13

FONSECA, Gelson (1996). "Mundos diversos, argumentos afins: notas sobre aspectos doutrinários da política externa independente e do pragmatismo responsável". In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira: Crescimento, Modernização e Política Externa**. São Paulo, Cultura Editores. Pp.: 299-336.

FUKUYAMA, Francis. **The Origins of Political Order: From prehuman times to French Revolution**. Profile Books ,2011.

GOLUB, P.S. “From the New International Economic Order to the G20: how the ‘global South’ is restructuring world capitalism from within. **Third World Quarterly**, 34 (6): 1000-1015. 2013.

HIRST, Monica; PINHEIRO, Leticia (1995). “A política externa do Brasil em dois tempos”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 38 (1): 5-23.

HUNTINGTON, Samuel (1992). “A Mudança nos Interesses Estratégicos Americanos”. **Política Externa**, I (1): 16-30. Junho.

KRASNER, S. **Structural Conflict: The Third World Against Global Liberalism**. California: University of California Press, 1985.

KRISTINSSON, P. **The Spectre of Bandung: China, the Global South, and the End of Colonial Trade Patterns**. 2015. 82 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Asiáticos) – Centro de Estudos do Sudeste Asiático, Lund University, Lund. 2015.

LESSA, Antonio Carlos (1998). “A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 41 (2): 29-41.

MAIRA, Luis (1986). “Introducción: Una mirada histórica a los márgenes de hegemonia internacional de Estados Unidos”. IN: MAIRA, Luis. **Una Nueva Era de Hegemonia Norteamericana?**. Buenos Aires: GEL, RIAL, Anuario 1985.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. BRICS –Brasil, Rússia, China e África do Sul. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>> Acesso em 12 de maio de 2016

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Relações bilaterais: República Popular da China. Disponível em <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4926&Itemid=478&cod\\_pais=CHN&tipo=ficha\\_pais&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4926&Itemid=478&cod_pais=CHN&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR)> Acesso em jan. 2016

MOORE, Malcolm. China overtakes the US as Brazil's largest trading partner e, The Telegraph, Shanghai, 2009. Disponível em <<http://www.telegraph.co.uk/finance/economics/5296515/China-overtakes-the-US-as-Brazils-largest-trading-partner.html>> Acesso em out. 2015

MUÑOZ, Heraldo (1986). “La administración Reagan frente al Tercer Mundo”. IN: MAIRA, Luis. **Una Nueva Era de Hegemonia Norteamericana?**. Buenos Aires: GEL, RIAL, Anuario 1985. Pp.: 327-358.

OLIVEIRA, H. A. **Brasil e China**. Cooperação Sul-Sul e Parceria Estratégica. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

OLIVEIRA, H. **A política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, H.A.(2016) “Brasil-China: uma parceria predatória ou cooperativa?” **Tempo do Mundo**, 2 (1): 143-159.

OLIVEIRA, Henrique Altemani (2015) “La Crisis Financiera Global y las Respuestas de Brasil”. IN: MANRÍQUEZ, José Luis León. **Crisis Global, respuestas nacionales: La gran recesión en América Latina y Asia Pacífico**. Montevideo: Editora da CEPAL. Pp.: 183-210.

PINO, B. “Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul”. In: SOUZA, A (org). **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília:IPEA, 2014.

RICUPERO, Rubens. “Vivemos uma desindustrialização precoce”. **IHUon-lne. Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. 218: 04-11, 07 de Maio de 2007.

RICUPERO, Rubens. **Desindustrialização precoce: futuro ou presente do Brasil?** Texto preparado a partir do Relatório Trade and Development 2003, UNCTAD. Não publicado. 2005.

SALAMA, Pierre (2012). “Globalización Comercial: deseindustrialización prematura en América Latina e industrialización en Asia”. **Comércio Exterior**, 62 (6): 34-44.

SPINA, M.C. “As origens da Embraer”. **Tempo Social**, 17 (1): 281-298. 2005.

UEHARA. A.R. “Política Externa Da China e as Relações Bilaterais com o Brasil”. In: FERREIRA, L.C.; ALBUQUERQUE, J.A.G. (org). **China e Brasil: Desafios e Oportunidades**. São Paulo: Annablume, 2013.

UN COMTRADE DATABASE. International Trade in Goods based on UN Comtrade data, 2016.

UNIDO, UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION. Inclusive and sustainable industrial development: creating shared prosperity, safeguarding the environment. Viena, 2014.

VIEIRA, Maira Baé Baladão (2009). **Relações Brasil-Índia (1991-2006)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

VIGEVANI, Tullo. “Conceito e Contexto do Terceiro Mundo”. **Política e Estratégia**, VII (4): 506-521. 1989.